

Escolas aderem à desobediência civil

Cidade

7/2/87, SÁBADO • 13

desobediência civil

Ivaldo Cavalcante

As escolas de ensino particular decidiram desrespeitar abertamente o reajuste de 35% mais 15% negociáveis concedidos pelo governo. Os valores das mensalidades serão fixados pelas próprias escolas, de acordo com as necessidades de cada uma. A decisão foi tomada, ontem, na sede da Fenen — Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Ficou resolvido ainda, que as aulas terão início normalmente com a duração de apenas 60 dias, quando a Fenen espera já haver uma solução para o problema.

Os donos de escolas particulares firmaram o acordo de que caso um dos estabelecimentos de ensino seja punido, todas as 35.000 escolas do país paralisarão suas atividades. Eles não concordam com os dois decretos que substituiram o de nº 532/69 e que fixaram o reajuste para as escolas. Para a Fenen o "decreto é inconstitucional e sem validade". Por isso, a Federação, o sindicato e as associações devem requerer à Procuradoria Geral da República o exame sobre a validade e constitucionalidade dos decretos.

Houve ainda o consenso de que nenhuma escola pratique a negociação prevista nos dois decretos. Conforme o presidente da Fenen, Roberto Dornas, os 35% não são suficientes para manter as escolas. Ele alega a inflação de 65,33% em 1986 e 17% em janeiro último, além das reivindicações salariais dos professores de até 150%, como os agravantes na situação das escolas particulares. Cita ainda o disparo do gatilho ocorrido e o que está por vir.

O período experimental de sessenta dias para o funcionamento das escolas é considerado o prazo suportável quando se atingirão os 35%. Até lá a Fenen e os sindicatos mantém-se em "assembleia permanente". E no dia 5 de abril, fim deste prazo, todas as escolas do país se reunirão em Brasília, no XXI CONEPE — Congresso Nacional de Estabelecimentos de Ensino — onde se fará uma reavaliação do quadro do setor com um novo posicionamento. Caso não haja uma solução, as escolas admitem suspender suas atividades.

Associação vê outro interesse

Segundo o presidente da Associação de Pais de Alunos do DF, Luiz Cassemiro dos Santos, todo o estardalhaço provocado pelos estabelecimentos de ensino visa objetivos muito mais profundos que o simples aumento das anuidades, como a aprovação, através da Constituinte, de leis que os beneficiem e garantam, ainda que em detrimento de interesses sociais.

«Os proprietários estão temerosos de perder uma fatia de lucros que sempre tiveram», afirma, mostrando que a atual Constituição — que todos, desinformadamente acreditam garantir o ensino público — privilegia o ensino privado, reservando àquele somente a alunos que «demonstrarem efetivo aproveitamento e provarem falta ou insuficiência de recursos» — conforme seu texto.

Lucros incomensuráveis

Luiz Cassemiro assegura que o melhor negócio, nos últimos 25 anos foi abrir escola, já que, por lei, os poderes públicos garantem amparo técnico e financeiro às iniciativas privadas.

Ele acredita, também, que essa reação dos estabelecimentos de ensino quanto ao reajuste de 35%, mais 15% negociáveis se deve ao fato de que, durante todo esse tempo, estiveram acostumados a lucros enormes, cobrando altas taxas e remunerando mal seus professores. Essa posição é reforçada pelo vice-presidente da entidade, Omar Abud, que explica que as escolas estão apavoradas com a possibilidade de apresentar sua contabilidade à Comissão de Encargos Educacionais, prevista no decreto, pois ficaria claro que, talvez, não fosse necessário sequer o aumento de 35% para a escola continuar se mantendo — e dando lucro.

Blefe

Através de uma verificação feita pessoalmente, em várias escolas do DF, o presidente da Associação de Pais de Alunos constatou que, embora ameaçando aumento nos preços e desrespeito à lei, isso não está ocorrendo na prática, já que a maioria das escolas têm respeitado o índice.

Ele vê duas hipóteses que, no seu ponto de vista, podem justificar o fato: em primeiro lugar, o sindicato estaria dando um direcionamento ao movimento que não corresponde aos interesses reais da categoria que representa.

A segunda hipótese é de que o sindicato esteja assumindo uma postura diante da imprensa e do governo, que não coincide com a orientação que, subrepticiamente, dá a seus associados. Ou seja: «O sindicato está, deliberadamente, fazendo terror».

Esse blefe, caracterizado pela geração de pavor nas autoridades e famílias, seria uma forma de medir forças com o governo e criar uma falsa noção na comunidade de que os proprietários de estabelecimentos saíram prejudicados com as medidas — garantindo esse respaldo para ocasiões oportunas, quando se definirão situações mais delicadas que o simples aumento das anuidades — mas o próprio futuro da escola particular, explica Omar Abud.

A quem serve?

«Nós, da Associação, não somos contra a escola particular. Pelo contrário, somos favoráveis ao fortalecimento da escola pública para que, a partir daí, a escola particular tenha um concorrente e venha, na realidade, demonstrar sua capacidade de ser uma boa escola», diz Cassemiro.

Permitindo-se, porém, uma análise filosófica da questão, reflete que o sistema educacional brasileiro está formado no sentido de perpetuar a desigualdade social, já que as crianças oriundas de famílias mal remuneradas terão uma formação deficitária, não tendo condições de concorrer, em nível de igualdade, aos filhos da classe dominante: «O sistema de ensino privado não permite a ascensão social».